



Os artigos reunidos neste livro representam um esforço de décadas para melhor compreender o Direito e as Políticas Públicas (DPP). A primeira fase consiste em artigos escritos por mim nas décadas de 1980 e 1990, que tratam da formulação e implementação de políticas públicas nos Estados Unidos e em outros lugares, incluindo uma breve incursão pela China. A fase mais recente consiste em um profícuo diálogo Sul-Norte que venho mantendo com pesquisadores brasileiros liderados pela Professora Maria Paula Dallari Bucci. Compreender as políticas públicas e os processos políticos que lhes são subjacentes, em meio a necessidades coletivas cambiantes, é uma tarefa importante e recompensadora para o Direito, para os juristas e para os cientistas sociais.

William H. Clune

Coleção Fórum
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Paula Dallari Bucci
William Clune
Coordenadores

Gabriela Azevedo Campos Sales
Isabela Ruiz
Coordenadoras executivas

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESCRITOS DE WILLIAM CLUNE

15

Área específica da obra

Direito público.

Áreas afins do livro

Teoria do Estado; Direito e políticas públicas; Direito constitucional.

Palavras-chave

Direito e políticas públicas; Avaliação de políticas públicas; Estado social; Políticas públicas de educação.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3475

D598 Direito e políticas públicas nos escritos de William Clune / Maria Paula Dallari Bucci, William Clune (coord.). Gabriela Azevedo Campos Sales, Isabela Ruiz (coord. exec.). Belo Horizonte: Fórum, 2024.

596 p. 14,5x21,5cm
(Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 15)
ISBN impresso 978-65-5518-814-1
ISBN digital 978-65-5518-823-3

1. Direito e políticas públicas. 2. Avaliação de políticas públicas. 3. Estado social. 4. Políticas públicas de educação. I. Bucci, Maria Paula Dallari. II. Clune, William. III. Sales, Gabriela Azevedo Campos. IV. Ruiz, Isabela. V. Título.

CDD: 342.07

CDU: 342.8

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BUCCI, Maria Paula Dallari; CLUNE, William (coord.); SALES, Gabriela Azevedo Campos, RUIZ, Isabela (coord. exec.). *Direito e políticas públicas nos escritos de William Clune*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 596 p. ISBN 978-65-5518-814-1. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 15).

Maria Paula Dallari Bucci

Doutora e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Direito da USP.

William H. Clune

Professor Voss-Bascom Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin, Madison.

Gabriela Azevedo Campos Sales

Pós-Doutoranda vinculada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP. Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela USP. Juíza federal. Autora do livro *Estado social e federalismo: a institucionalização dos sistemas de política públicas no Brasil*.

Isabela Ruiz

Doutoranda e Mestra em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura. Graduada em Direito pela Universidade Paulista e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Autora do livro *A construção jurídica do Sistema Único de Assistência Social*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	
MARIA PAULA DALLARI BUCCI	19
PREFÁCIO	
A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE WILLIAM CLUNE PARA A ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
MARIA PAULA DALLARI BUCCI	21
1 O sentido deste livro.....	21
2 O autor e seu contexto.....	23
3 A estrutura do livro.....	24
4 O diálogo Sul-Norte.....	25
5 Os modelos teóricos e seu substrato político.....	28
6 Aplicações empíricas dos modelos teóricos. O direito da educação.....	32
7 Contribuições do livro para a abordagem DPP no Brasil.....	35
8 A história deste livro como empreitada acadêmica. Agradecimentos.....	36
UM “OLHO MÁGICO” PARA O DIREITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	
GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES, ISABELA RUIZ	41
PARTE I	
O DIÁLOGO SUL-NORTE	
1	
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: UM DIÁLOGO SUL-NORTE	
MARIA PAULA DALLARI BUCCI	45
1 A abordagem Direito e Políticas Públicas no Brasil.....	45
2 Políticas públicas no contexto da Constituição dirigente no Brasil.....	50
3 Conexões entre a Constituição transformadora e o novo realismo jurídico na América Latina e nos Estados Unidos.....	55
4 Reformismo e abordagem progressista de Clune.....	59
Referências.....	62
2	
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS POR WILLIAM CLUNE: DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL À RECONSTRUÇÃO PÓS-PANDEMIA	
MARIA PAULA DALLARI BUCCI	65
1 Introdução.....	65
2 A necessidade de um método para agregar conhecimento social: o modelo de Clune para DPP.....	72
3 Um modelo para lidar com a relação entre política e direito no DPP.....	78
4 Observações finais. As aplicações do modelo de Clune na perspectiva de um diálogo transnacional em DPP.....	87
Referências.....	92
3	
PROGRESSISMO NO ESTADO ATIVO DA LIVRE-INICIATIVA: FLUIDEZ, FRAGMENTAÇÃO E ESTABILIDADE. UM ESTUDO DE CASO SOBRE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
WILLIAM H. CLUNE	
Tradução de Isabela Ruiz e Luzardo Faria	95
1 Introdução.....	95
2 As áreas de sobreposição entre o progressismo e a direita: parcialidade, bipartidarismo e contestação.....	101
2.1 O funcionamento do sistema de livre-iniciativa e a estabilidade do sistema político.....	101
2.2 Instituições estatais regulatórias permanentes e políticas públicas criadas em resposta a rupturas, destinadas a estabilizar o capitalismo.....	103

2.3	Programas sociais permanentes e políticas públicas relativamente estáveis e imunes à ruptura política	103
2.4	Programas sociais sujeitos a conflito político intenso e a tentativa de captura da democracia política	104
2.5	Programas com apoio bipartidário fraco (como direitos civis e equidade) mas com forte experimentação e avaliação local	105
3	O duradouro movimento conservador voltado à reversão de políticas progressistas	106
3.1	A contrarrevolução conservadora conduzida por Nixon, Reagan, Trump	106
3.2	A contrarrevolução paralela pelo controle do Legislativo, da Suprema Corte, do Poder Judiciário e do direito constitucional	107
4	As preocupações e as possibilidades realistas para o fim do progressismo, para o regime permanente de partido único ou para um golpe que derrube as instituições da democracia em favor da autocracia presidencial	110
5	Conclusão: perspectivas para o progressismo no Estado ativo da livre-iniciativa.....	113
	Apêndice A – A escolha institucional e o Estado ativo da livre-iniciativa.....	114
	Apêndice B – A abordagem direito e políticas públicas (DPP) no Brasil.....	117
	Referências.....	118

4

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE É, COMPETÊNCIAS DE ESPECIALISTAS E PESQUISADORES, DESENHOS E MÉTODOS DE PESQUISA, CURSOS DE DIREITO

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Giovanna Máisa Gamba.....	123
1 O que é DPP: a área a ser estudada	124
1.1 Como a democracia é parte de DPP?	128
1.2 Uma palavra sobre as cortes como garantidoras	129
2 Experiência exigida no trato com direito e políticas públicas	133
3 Métodos e desenhos de pesquisa em DPP.....	134
4 Métodos de pesquisa	135
5 Desenhos de pesquisa e dados	136
5.1 Estudo de caso tipo 1 em DPP	136
5.2 Estudo de caso tipo 2 em DPP: pesquisa sobre a mudança de regras ao longo do tempo, extraída de fontes secundárias.....	137
5.3 Estudo de caso tipo 3 em DPP: pesquisa longitudinal em projetos de mudança progressistas	137
5.4 Dados para estudos de caso em DPP	138
6 Potenciais cursos em faculdades de Direito e formação em DPP	138
Conclusão	139
Apêndice A.....	140
Referências.....	145

5

MINHA JORNADA EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

WILLIAM H. CLUNE.....149

Tradução de Gabriela Azevedo Campos Sales.....149

Conclusão	152
Referências.....	152

6

“EI! ISSO É TUDO DIREITO!”: ENTREVISTA COM O PROFESSOR WILLIAM CLUNE..... 155

PARTE II

MODELOS TEÓRICOS

7

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: MAPA DA ÁREA

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Julia Azevedo Moretti e Thiago Pires Oliveira

Revisão técnica de Maria Paula Dallari Bucci e Matheus Silveira de Souza.....163

1 Introdução	164
2 A problemática justaposição entre política pública e direito.....	165
2.1 O que é política pública?	166
2.2 Origens da política pública no Estado de bem-estar social moderno	169
2.3 O que é direito?.....	171
2.4 A influência da política pública sobre o direito e a configuração das instituições jurídicas.....	173
2.4.1 Estruturação do direito em torno de problemas envolvendo o desempenho na economia	173
2.4.2 Cooperação social e resultado social positivo líquido	174

2.4.3	Persistência das estruturas jurídicas ao longo do tempo	174
2.4.4	Organização em torno de grandes agregados sociais.....	175
2.4.5	Capacidade de planejamento e adaptação	176
2.4.6	Direção central por meio da delegação e descentralização.....	177
2.4.7	Combinação de autoridade pública e privada.....	178
2.4.8	Modificação do acesso político à luz dos requisitos de desempenho.....	178
3	Reprise: instituições jurídicas como instrumentos da política pública e o mercado como modelo de negociação estruturada	179
3.1	O mercado como modelo	181
3.2	Quadro geral: negociando à sombra do direito.....	184
4	Ferramentas intelectuais e disciplinares e seus enigmas	187
4.1	Conflito entre o formalismo jurídico e consequencialismo?	187
4.2	Ambiente intelectual do trabalho em direito e políticas públicas: disciplinar e interdisciplinar.....	190
4.3	Fronteiras disciplinares e estudos interdisciplinares.....	191
4.4	Técnicas analíticas e quadros de análise úteis para o trabalho em direito e políticas públicas.....	193
4.4.1	Análise de políticas públicas empíricas/analíticas	193
4.4.2	Análise institucional comparativa	196
4.4.3	Finanças públicas	196
4.4.4	Análise de lacunas em Sociologia do Direito	197
4.4.5	Economia Institucional (<i>Institutional Economics</i>).....	197
4.4.6	Direito e Economia (<i>Law and Economics</i>).....	198
4.4.7	Análise de implementação.....	199
4.4.8	Análise de litígios institucionais (<i>institutional litigation</i>).....	199
4.4.9	Análise de reformas legais e mudança jurídica	200
4.4.10	<i>Critical Legal Studies</i> e a desconstrução das agregações das ciências sociais e jurídicas	200
4.4.11	Análise da representação política à luz de objetivos de bem-estar.....	202
4.4.12	Alguns problemas conspícuos e preocupações omitidas em Direito e Políticas Públicas	202
4.4.13	A teoria do empoderamento e a transferência de desenhos institucionais úteis entre áreas de políticas públicas.....	205
4.4.14	A política geral das políticas públicas.....	210
5	Conclusão: o paradoxo do “empoderamento”	211
	Referências.....	212

8

UM MODELO POLÍTICO DE IMPLEMENTAÇÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: OS PAPÉIS DO DIREITO E DOS JURISTAS

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Gabriela Azevedo Campos Sales, Bruno de Almeida Passadore, Elisa Martinez Giannella e Kadra Regina Zeratin Rizzi

Revisão técnica de Maria Paula Dallari Bucci	221
--	-----

1	Introdução	222
1.1	O que é implementação?	224
1.2	Significado e importância de um modelo geral	225
2	Um modelo “político” de implementação.....	227
2.1	Atores e comportamentos durante a implementação	229
2.2	Interações-padrão durante a implementação.....	231
2.2.1	Ciclo ascendente <i>versus</i> ciclo descendente.....	233
2.2.2	Formação de políticas: obtenção e especificação do comando jurídico	235
2.2.3	Implantação de incentivos legais.....	237
2.2.4	Respostas das organizações reguladas.....	239
2.2.5	Interações implantação-resposta.....	242
2.2.6	Influência sobre as organizações reguladoras para mudar a política formal.....	244
2.2.7	Influência sobre os poderes legislativos para obter mudanças na legislação de base	250
2.2.8	As interações em ação.....	252
2.2.8.1	Simultaneidade	252
2.2.8.2	Graus de orientação descendente	254
2.2.8.3	Tendências	255
2.2.8.4	Múltiplas instituições.....	256
3	Algumas implicações do modelo para políticas públicas e pesquisa.....	259
3.1	Prescrições parciais e viés do ciclo descendente.....	260
3.2	Graus de abstração e contextualização	262
3.3	Prescrições sistêmicas	264
3.4	Descrições longitudinais	265
3.5	Previsões longitudinais	269
3.6	Avaliação	270
3.6.1	Três padrões de sucesso relativo.....	271
3.6.2	Avaliação dos padrões em um ambiente politizado	274
3.6.3	Discordâncias fatuais sobre que padrão está presente	279

3.7	Metodologia de pesquisa	281
4	Alteração de papel do direito e dos juristas	285
4.1	Sentido diminuído da autonomia do direito	286
4.1.1	Atributos do direito moderno que diminuem a autonomia	287
4.1.2	Exemplo do declínio da autonomia do direito como fonte de valores: a indústria da judicialização	288
4.1.3	Declínio da autonomia do direito como fonte de segurança	290
4.1.4	Uma nota sobre a sobrevivência e as novas fontes de autonomia e o problema do reducionismo	293
4.2	Conflito entre racionalidade substantiva e participação política: tendências positivas e contradições no direito moderno	296
4.3	Novos papéis para os juristas	305
4.3.1	Novos papéis de direito público	306
4.3.2	Novos papéis de direito privado	311
4.3.3	Conflito cultural entre papéis antigos e novos	312
5	Conclusão	316
	Referências	319

9

DESINTEGRAÇÃO JURÍDICA E UMA TEORIA DO ESTADO

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Bruno Bodart e Sergio Ruy David Polimeni Valente

	Revisão técnica de Maria Paula Dallari Bucci	325
1	Introdução	325
2	Um modelo básico de pensamento jurídico: núcleo, periferia, transição e além	327
2.1	As cinco dimensões do pensamento jurídico	328
2.2	Descrição de cada dimensão, formas transitórias e reintegrativas	329
2.2.1	Tribunais, contencioso, caso concreto/legislativos, legislação, textos normativos	330
2.2.2	Direito privado/direito público	330
2.2.3	Análise jurídica/análise de políticas	331
2.2.4	Raciocínio jurídico/raciocínio positivista	332
2.2.5	Direito hegemônico/Direito socialmente marginal	332
2.3	Um resumo: a dinâmica do núcleo e da periferia	333
2.4	Um pequeno estudo de caso: Direito da responsabilidade civil (<i>tort law</i>) por ato ilícito em transição	334
3	Desintegração no pensamento jurídico e na teoria do Estado	337
3.1	Os dois projetos do capitalismo: liberdade econômica e interdependência social	339
3.2	Impacto dos dois projetos sobre o Direito: efeitos separados	341
3.2.1	O núcleo da liberdade econômica	341
3.2.2	A periferia da interdependência social	342
3.3	Impacto das contradições no Direito	344
3.3.1	Questões de acesso a benefícios coletivos	344
3.3.2	O desenho do Estado de bem-estar social	345
3.3.3	Democracia liberal	346
4	Conclusão: o Direito tradicional em uma nova chave, caminhos antigos em um novo cenário	349
	Referências	352

10

IRRAZOABILIDADE E ALIENAÇÃO NA BUROCRACIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: DA COMPLEXIDADE REGULATÓRIA À DEMOCRACIA ECONÔMICA

WILLIAM H. CLUNE

	Tradução de Eros Frederico da Silva e Sergio Ruy David Polimeni Valente	355
1	Introdução	356
2	Fontes de irrazoabilidade	356
2.1	Comportamento em nível de campo	358
2.2	Conflito político	361
2.3	Organização social e cultura	364
2.3.1	Política de segurança de renda	365
2.3.2	Duas soluções: desregulação e democracia econômica	368
2.3.3	As duas soluções na política contemporânea	370
3	Algumas propostas para a democracia econômica	374
3.1	Características gerais	375
3.2	Representação política das não elites: uma nova câmara dos comuns	378
3.3	Facilitação de organizações descentralizadas de consumidores e trabalhadores	379
3.4	Uma nova economia do investimento social produtivo	381
3.5	Novas formas de responsabilidade social	382
3.6	Ensinando valores públicos em escolas públicas	383
3.7	Um "Plano Marshall" de transição para a crise de "populações perdidas"	387

4	Conclusão	388
	Referências.....	395

PARTE III

APLICAÇÕES EMPÍRICAS DOS MODELOS TEÓRICOS

11

A ESCOLHA INSTITUCIONAL COMO REFERENCIAL TEÓRICO PARA PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Giovanna Máisa Gamba

	Revisão técnica de Isabela Ruiz	405
1	Introdução	405
2	A teoria da escolha institucional	406
3	A escolha institucional e as reformas estaduais.....	410
3.1	Ativismo estadual (origens das reformas).....	411
3.1.1	Escolha institucional básica	411
3.1.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	412
3.1.3	Instabilidade da escolha	413
3.2	Padrões educacionais e política curricular	414
3.2.1	Escolha institucional básica	414
3.2.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	415
3.2.3	Instabilidade da escolha	416
3.3	Políticas para professores.....	416
3.3.1	Escolha institucional básica	416
3.3.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	417
3.3.3	Instabilidade da escolha	417
3.4	Indicadores e monitoramento	418
3.4.1	Escolha institucional básica	418
3.4.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	418
3.4.3	Instabilidade da escolha	419
3.4.3.1	Aplicabilidade.....	419
3.4.3.2	O paradoxo do monitoramento.....	419
3.4.3.3	A controvérsia estadual/local	420
3.5	<i>Vouchers</i> e outros mecanismos de escolha	421
3.5.1	Escolha institucional básica	421
3.5.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	421
3.5.3	Instabilidade da escolha	422
3.6	Instrumentos de política pública	422
3.6.1	Escolha institucional básica	422
3.6.2	Fundamentação e análise institucional comparativa	423
3.6.3	Instabilidade da escolha	424
4	Novos rumos para pesquisa em políticas públicas	424
5	Conclusão	427
5.1	O campo de análise de políticas públicas	427
5.2	A utilidade e os limites da política pública	428
5.3	O papel do analista de políticas públicas	428
5.4	Uma ampla gama de instrumentos de política pública.....	429
5.5	Interesse em novos papéis e responsabilidades	429
	Referências.....	430
	Apêndice – A questão dos indicadores estaduais e locais	433

12

RUMO A UMA TEORIA DA REFORMA SISTÊMICA: O CASO DE NOVE INICIATIVAS SISTÊMICAS ESTADUAIS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DA CIÊNCIA

WILLIAM H. CLUNE

	Tradução de Fernanda Vick e Gabriela Azevedo Campos Sales	437
1	Introdução	438
2	A tese central da reforma sistêmica	438
3	Testando a tese central: uma teoria da política pública e da reforma sistêmica	440
3.1	Operacionalizando as variáveis	441
3.1.1	Reforma sistêmica	442
3.1.2	Política pública sistêmica	442
3.1.3	Currículo sistêmico	443
3.1.4	Rendimento escolar sistêmico	444
4	Metodologia	445

4.1	Os estudos de caso do IPS.....	445
4.2	Limites do estudo das iniciativas da FNC, incluindo a aferição da causalidade parcial.....	446
5	Resultados	449
5.1	Avaliando os estados	449
5.2	As ISEs foram um programa bem-sucedido?	452
5.3	A imprecisa tarefa de testar a causalidade	452
6	Generalizações e temas transversais.....	453
6.1	O perfil típico das ISEs bem-sucedidas.....	453
6.2	A importância das reformas prévias e o tempo necessário para uma reforma bem-sucedida.....	454
6.3	Avaliações de rendimento escolar e redes de professores como o elo universal.....	455
6.4	Limites da teoria da causalidade sequencial: “causalidade sistêmica” em culturas de reforma maduras.....	455
7	Algumas peças faltantes no cenário da reforma.....	456
7.1	A ausência ou a falta de mecanismos de direcionamento do conteúdo curricular	456
7.2	A escassez de avaliações estaduais completamente alinhadas aos objetivos das ISEs	457
7.3	A ausência de bons dados e de avaliação dos impactos da reforma nas salas de aula e no rendimento escolar	457
7.4	O lento crescimento de incentivos e de mecanismos para a reestruturação global das escolas.....	458
7.5	O território inexplorado da adequação e do contexto cultural nas escolas urbanas.....	459
8	Conclusão: o uso da teoria para realizar novas reformas.....	459
	Referências.....	460
	Apêndice A – Nove Iniciativas Sistêmicas Estaduais estudadas em estudos de caso do IPS. Sinopse e classificação de acordo com a teoria do INEC	462
	Apêndice B – Classificação do protocolo do INEC para reformas sistêmicas.....	473

13

UM MÉTODO POLÍTICO DE AVALIAÇÃO: A LEI DE EDUCAÇÃO PARA TODAS AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E AS VÁRIAS LACUNAS DA ANÁLISE DE LACUNAS

WILLIAM H. CLUNE, MARK H. VAN PELT

Tradução de Alexandra Fuchs de Araújo e Ricardo Teixeira da Silva		483
1	Introdução	484
2	A política de implementação da EAHCA: o que aconteceu e por quê?	486
2.1	Implementação da EAHCA resumida: sucessos, falhas e razões	487
2.1.1	O processo da EAHCA	488
2.1.2	Pressupostos de implementação e objetivos reformistas	491
2.1.3	Síntese da implementação da EAHCA	493
2.1.3.1	Objetivos reformistas e seus resultados.....	493
2.1.3.2	A contribuição do legalismo da EAHCA para o resultado alcançado	502
2.2	O que causa a lacuna de implementação? Ajustes políticos e limites da normatização	527
2.2.1	Lei como sinônimo de recursos e as limitações desses recursos	528
2.2.2	Reprise: pontos fortes e fracos da normatização como fonte de mudança social	532
2.2.2.1	Resistência	534
2.2.2.2	Falta de substância	535
2.2.2.3	Custo	536
2.2.3	Resumo	536
3	A lacuna da educação especial avaliada: o que deverá ser feito agora?	538
3.1	O problema dos padrões: sucesso para quem e quanto é suficiente	538
3.2	EAHCA avaliada: há sucesso após a implementação?.....	545
3.2.1	Síntese dos sucessos e fracassos	546
3.2.2	Avaliação dos êxitos e fracassos	548
3.3	O que deve ser feito agora: existe reforma após o pragmatismo?	552
4	Conclusão: a avaliação como um processo contínuo e democrático	557
	Referências.....	560

14

EDUCAÇÃO: MODELOS AMERICANOS PARA A POLÍTICA ASIÁTICA?

WILLIAM H. CLUNE

Tradução de Frederico Haddad		567
1	Introdução	567
2	Abordagem adotada	568
3	Principais conclusões.....	570
4	Questões mais importantes sobre política educacional	572
4.1	Temas gerais identificados pelos chineses	572
4.2	O problema da transição	574
4.3	A primazia do financiamento do ensino	574
4.4	Currículo: excelência chinesa e necessidade de mudança	576
4.5	O conhecido problema da educação profissional.....	577
4.6	Privatização: mitos e fatos	578
4.7	Descobrir o valor de itinerários educacionais flexíveis	578
4.8	Reexaminando esquemas docentes: separação entre escolas e empresas mantenedoras	580

4.9	O nascimento da igualdade depois do socialismo	581
4.10	Reinventando a história e a política empresarial	582
4.11	Docência: escassez de professores, estabilidade do emprego e desempenho	583
4.12	Direitos dos estudantes: redescobrimo o devido processo substantivo	585
4.13	Financiamento e governança da educação superior: angariando verbas, promovendo transparência, controle e responsabilização	586
4.14	Momentos de receio e o “cavalo de Troia” da educação ocidental	587
5	Direito e política comparada	587
5.1	O equilíbrio entre detalhes contextuais e análise da política	588
5.2	Análise institucional <i>versus</i> análise aplicada	588
5.3	O grande problema da escolha não ideal (<i>second best</i>) em direito comparado sob condições de ignorância.....	589
5.4	A necessidade de uma mentalidade e de instituições voltadas à pesquisa	590
5.5	Redescobrimo a unicidade de nossa própria história	591
6	Conclusão	591
SOBRE OS AUTORES.....		593

COORDENADORES

Maria Paula Dallari Bucci

Doutora e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Direito da USP.

William H. Clune

Professor Voss-Bascom Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin, Madison.

COORDENADORAS EXECUTIVAS

Gabriela Azevedo Campos Sales

Pós-Doutoranda vinculada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP. Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela USP. Juíza federal. Autora do livro *Estado social e federalismo: a institucionalização dos sistemas de políticas públicas no Brasil*.

Isabela Ruiz

Doutoranda e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura. Graduada em Direito pela Universidade Paulista e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Autora do livro *A construção jurídica do Sistema Único de Assistência Social*.

TRADUTORES E REVISORES

Alexandra Fuchs de Araújo

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Graduada em História e em Direito pela Universidade de São Paulo. Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Bruno Bodart

LL.M. (*Master of Laws*) pela Harvard Law School. Doutor em Direito pela USP, com período na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio).

Bruno de Almeida Passadore

Doutor em Teoria do Estado pela Faculdade de Direito da USP em cotutela com a Universidade de Bologna (Itália). Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP. Defensor Público do Estado do Paraná. Membro do Conselho Editorial da *Revista da Defensoria Pública do Estado do Paraná* e da *Revista Adsumus*.

Elisa Martinez Giannella

Advogada. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Pós-Graduada *lato sensu* em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cogeae). Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Eros Frederico da Silva

Advogado atuante em Direito Público, com ênfase em administrativo, regulatório e infraestrutura. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito e Políticas Públicas da FDUSP e da Rede do Núcleo Jurídico OIC-IEA/USP.

Fernanda Vick

Doutoranda e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Unifesp. Membro do Grupo de Estudos Estado, Direito e Políticas Públicas da FDUSP e do Núcleo Democracia e Ação Coletiva do Cebrap (2019/2020). Professora em cursos de pós-graduação e de graduação.

Frederico Haddad

Doutorando em Direito Econômico e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Graduado em Direito pela USP. Bolsista de Pesquisa em Concorrência e Políticas Públicas vinculado ao Centro de Estudos da Ordem Econômica (Unifesp). Advogado e consultor jurídico. Autor do livro *O direito à rua: políticas públicas e função social das vias urbanas*.

Gabriela Azevedo Campos Sales

Pós-Doutoranda vinculada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP. Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela USP. Juíza federal. Autora do livro *Estado social e federalismo: a institucionalização dos sistemas de políticas públicas no Brasil*.

Giovanna Máisa Gamba

Mestra em Direito do Estado pela USP. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior da Seres/MEC. Foi Advogada em Direito Público. Autora do livro *Estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro: institucionalidade jurídica da política em rede*.

Isabela Ruiz

Doutoranda e Mestra em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura. Graduada em Direito pela Universidade Paulista e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Autora do livro *A construção jurídica do Sistema Único de Assistência Social*.

Julia Azevedo Moretti

Pesquisadora, Professora e Consultora. Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (DPU/UCL). Pós-Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Assistente do curso de especialização de Direito Contratual da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cogeae).

Kadra Regina Zeratin Rizzi

Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pós-Graduada em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Secretária de Transparência e *Compliance* na Prefeitura da Estância Turística de Itu. Coordenadora e Professora de Direito na Universidade Anhanguera de Indaiatuba.

Luzardo Faria

Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre e Bacharel em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Editor-Adjunto da *Revista de Investigações Constitucionais*. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro e do Instituto Brasileiro de Direito Regulatório. Advogado.

Matheus Silveira de Souza

Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Foi Professor visitante no Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa (Hospital Albert Einstein) e na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Autor do livro *Direito, políticas públicas e educação profissional*.

Ricardo Teixeira da Silva

Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciência Política pela USP. Pós-Graduado *lato sensu* em Administração Pública pela Escola Superior do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Graduado em Direito pela USP. Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.

Sergio Ruy David Polimeni Valente

Bacharel e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Hamburgo. Advogado.

Thiago Pires Oliveira

Doutor em Ciências Humanas pela USP. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito do Estado pela UFBA. Bacharel em Direito pela UFBA. Professor substituto no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos da UFBA. Professor visitante na Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (México). Vice-Presidente da Asociación Latinoamericana de Derecho Animal.